



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E OS REFLEXOS NO ASSENTAMENTO CAPRISA LOCALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE ASSUNÇÃO DO PIAUÍ E SÃO MIGUEL DO TAPUIO NO ESTADO DO PIAUÍ

The modernization of the field and the effects on the Caprisa Settlement located in the municipalities of Assunção do Piauí and São Miguel do Tapuio in the state of Piauí

La modernización del campo y sus efectos en el Asentamiento Caprisa ubicado en los municipios de Assunção do Piauí y São Miguel do Tapuio en el estado de Piauí

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.1031>

Amanda Ferreira da Silva¹

Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes²

Histórico do Artigo:

Recebido em 21 de junho de 2024

Aceito em 23 de setembro de 2024

Publicado em 10 de outubro de 2024

RESUMO

O presente artigo, recorte da dissertação de mestrado da pesquisadora, buscou apresentar uma breve descrição do andamento da modernização do campo no Brasil e no estado do Piauí, a partir de pesquisa bibliográfica, considerando importantes nomes da geografia agrária brasileira como Bernardo Mançano Fernandes, Aldiva Sales Diniz, Denise Elias, entre outros. Além de pesquisa de campo, por intermédio de entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, observações e fotografias, realizou-se a identificação das proporções sob as quais o assentamento está sendo afetado por essa modernização, a fim de que haja maior compreensão do quanto a modernização do campo afeta a vida dos agricultores assentados e em quais aspectos. Com o propósito de suscitar visibilidade aos problemas em curso nos assentamentos e na vida dos assentados, concluiu-se que, mesmo em locais mais remotos e de maneira imperceptível, a modernização está se inserindo no rural, causando, assim, mudanças sociais econômicas e culturais.

Palavras-Chave: Modernização. Assentamentos. Agricultura. Piauí.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: amandaferreirasilva030@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9492-6132>

² Professora adjunta na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEU-UVA). E-mail: vanessafxgeo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7878-9433>



ABSTRACT

This article, an excerpt from the master's thesis of the author who writes to you, sought to present a brief description of the progress of rural modernization in Brazil and in the state of Piauí, based on bibliographical research considering important names in Brazilian agrarian geography such as Bernardo Mançano Fernandes, Aldiva Sales Diniz, and Denise Elias, among others. In addition to field research, through semi-structured interviews, document analysis, observations, and photographs, the identification of the proportions under which the settlement is being affected by this modernization was carried out, hoping that there will be a greater understanding of how modernization of the countryside affects the lives of settled farmers and in what aspects. To raise the visibility of the ongoing problems in the settlements and the lives of the settlers, it was concluded that, even in more remote locations and in an imperceptible way, modernization is inserting itself in rural areas, thus causing social, economic, and cultural changes.

Keywords: Modernization. Settlements. Agriculture. Piauí.

RESUMEN

Este artículo, extracto de la tesis de maestría del autor que le escribe, buscó presentar una breve descripción del progreso de la modernización rural en Brasil y en el estado de Piauí, a partir de investigaciones bibliográficas considerando nombres importantes de la geografía agraria brasileña como como Bernardo Mançano Fernandes, Aldiva Sales Diniz, Denise Elias, entre otros. Además de la investigación de campo, a través de entrevistas semiestructuradas, análisis de documentos, observaciones y fotografías, se llevó a cabo la identificación de las proporciones bajo las cuales el asentamiento está siendo afectado por esta modernización, esperando que se tenga un mayor entendimiento de cuánto la modernización de el campo afecta la vida de los agricultores asentados y en qué aspectos. Con el propósito de visibilizar los problemas actuales en los asentamientos y en la vida de los pobladores se concluyó que, incluso en lugares más remotos y de manera imperceptible, la modernización se está insertando en las zonas rurales, provocando cambios sociales, económicos y sociales y culturales.

Palabras-Clave: Modernización. Asentamientos. Agricultura. Piauí.

INTRODUÇÃO

Desde sua “descoberta”, percebeu-se a potencialidade agrícola do território brasileiro, uma diversidade na fauna e na flora, terras em quantidade e qualidade, árvores propícias à produção madeireira, além da abundância hídrica, e, mesmo antes de se tornar país, o Brasil já era uma imensa fonte de produtos agrícolas, principalmente de matéria-prima, tendo toda a ocupação, expansão e desenvolvimento de seu território baseados nesse setor.

Com o passar do tempo e as mudanças que vinham ocorrendo pelo mundo, a inserção de novas técnicas e ferramentas, o Brasil, para acompanhar outras nações, iniciou um processo de modernização de sua agricultura, e, a partir de novas pesquisas em universidades sobre ciências agrárias e de grandes investimentos do governo federal nesse setor, iniciou um processo de modernização de sua agricultura (Alves, 2017).

Teixeira (2005) destaca ainda que, além das máquinas, as relações sociais de produção também devem ser consideradas no processo de modernização. No entanto, o autor ressalta que esse processo beneficia os grandes produtores que possuem capital para investir, consequentemente prejudicando os pequenos.

Roseli Alves dos Santos (2008) aponta algumas características da modernização, citando que ela diminui a necessidade de mão de obra, potencializa o capital em relação ao trabalho, garante uma integração agricultura/indústria, tem a ação estatal orientada para o interesse do grande capital, tem o uso de agrotóxicos como um dos elementos centrais da modernização, que propõe um novo padrão técnico sobre a forma tradicional de produzir, mas permanecendo restrita, territorializando-se de forma excludente e concentradora, com os grandes proprietários sendo os que mais se beneficiam com as mudanças ocorridas.

O processo de modernização da agricultura no Brasil não mudou a histórica e persistente concentração fundiária, problema que se perpetua no País desde o período colonial. Com as reivindicações e lutas dos movimentos socioterritoriais, foi criado o programa de Reforma Agrária em 1985, que tem o objetivo de realizar uma justa divisão de terras no País e garantir direitos aos agricultores (INCRA, 2015).

Até o ano em curso, entretanto, uma das poucas tentativas de igualar a divisão das terras do País foram os assentamentos de Reforma Agrária, existentes por meio da ocupação e apropriação de terras improdutivas.

Os assentamentos são locais onde as pessoas veem oportunidades de um trabalho digno no campo, onde possam morar e criar seus filhos com segurança. Tais locais, por sua vez, são decorrentes da ocupação de terras. Sobre isso, Fernandes (2001, p. 2) assinala que, “[...] pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais”.

São áreas de terras desapropriadas, fruto da luta dos Sem-terra, onde, no geral, famílias precisam ocupar e lutar para ganhar direito de viver e trabalhar nelas. Como cita Diniz (2008, p. 173), “Os assentamentos rurais constituem-se como território da resistência dos camponeses ao processo de exclusão promovido pelo capitalismo, que insiste na sua expropriação e desaparecimento, no entanto, estes têm na luta a garantia de sua resistência e existência”, e a luta não termina com a conquista da terra.

O intento da pesquisa é compreender o grau em que os assentados do Assentamento Caprisa, que se localiza no município de Assunção do Piauí e São Miguel do Tapuio - PI, estão sendo afetados pelas mudanças sociais, econômicas e políticas, como na produção, tendo em vista a inserção no campo do uso de máquinas, insumos agrícolas, novas técnicas e relações de trabalho, percebidos no Brasil e no Estado do Piauí. Desse modo, será possível esclarecer como isso interfere positiva ou negativamente na vida desses trabalhadores rurais.

Com o objetivo de investigar os reflexos da modernização no campo, para isso efetivou-se uma análise das novas formas de organização produtiva que o ambiente agrário brasileiro atravessa, com foco no Estado do Piauí, mais especificamente no Assentamento Caprisa, para, nesses termos, compreender a vida nas áreas rurais em tempos modernos e a realidade dos assentados.

Em busca de alcançar os resultados almejados, esta pesquisa partiu de uma análise qualitativa, com utilização de pesquisa bibliográfica (teses, dissertações, livros e artigos científicos) e pesquisa documental (sites, documentos). Realizou-se ainda pesquisa de campo no primeiro semestre de 2023, com realização de entrevistas e conversas informais, as quais foram transcritas e aparecerão ao longo deste texto. Na visita *in loco*, foram feitos registros fotográficos e elaboração de um mapa de espacialização da pesquisa.

O campo da pesquisa ocorreu no Assentamento Caprisa, localizado nos Municípios de Assunção do Piauí e São Miguel do Tapuio, serviu-se de entrevistas semiestruturadas, foram entrevistados 19 moradores, sendo que alguns vivem desde sua ocupação e outros mais recentemente, também foram realizadas observações, fotografias e conversas informais para a coleta de dados e informações que contribuíram no entendimento e descrição da realidade da área estudada.

Considerando que o estado do Piauí apresenta características homogêneas com relação a clima, vegetação, relevo, investimentos e desenvolvimento, principalmente quando se trata das classes menos favorecidas, o assentamento selecionado para a pesquisa serve de base para compreender os demais do estado.

A pesquisa organizou-se com uma breve descrição do conceito e as principais características de modernização do campo, primeiro no Brasil de forma geral, como ela se desenvolveu e aspectos mais marcantes, depois contextualizando sua inserção no estado do Piauí e expansão pelo estado, chegando ao Assentamento Caprisa, local selecionado para a realização da pesquisa, no qual se apresenta um pouco da história do Assentamento e como se encontra atualmente diante das mudanças que a agricultura brasileira está passando.

A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Com a entrada de capital estrangeiro e com a necessidade de oferecer matéria-prima, o campo precisa se reestruturar, o que Teixeira (2005, p. 20) frisa, ao citar que “[...] era necessário preparar o campo para produzir para a indústria e, ao mesmo tempo, receber produtos industrializados, tais como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas”, sendo os primeiros passos para a modernização da agricultura no país.

Com investimentos, a chegada de indústrias, as máquinas e outros insumos, o agronegócio ganha formas, e o Brasil se torna uma referência nesse setor no mundo. Leal e França (2011, p. 2) são de opinião de que “[...] a territorialização do capital no campo brasileiro, a partir do agronegócio, é parte do processo histórico do modelo de desenvolvimento proposto via modernização do espaço agrário, a partir da década de 1960”.

Portanto, nesse período, o campo começou a ganhar contornos de modernização, como é ressaltado por Denise Elias (2002). O Brasil recebeu sua primeira indústria orientada para a produção agropecuária em 1959, uma fabricante de tratores. Em meados de 1960, grandes corporações se apropriaram do processo produtivo agropecuário do País e, em 1970, aconteceu o processo de integração de capitais industriais, bancários, agrários, entre outros.

A modernização é a implantação de novas técnicas de produção, uso de máquinas, fertilizantes e insumos, produtos que aceleram o crescimento e a produção dos animais, aumentam as áreas e os produtos agrícolas, ou seja, operam mudanças na agricultura e na pecuária. No entanto, como é ressaltado por Diniz (2008), os créditos e financeiros criados para a modernização da economia agrícola são inacessíveis aos pequenos proprietários.

A modernização do campo, ora ocorrente no Brasil, envolve, além de alterações nas técnicas, equipamentos, ferramentas ou insumos agrícolas, evoluções tecnológicas de forma geral, incluindo-se a entrada de práticas típicas da zona urbana no meio rural, a internet, a influência que as mídias sociais têm na vida da população, inserção de novas culturas, o consumo de produtos industrializados, roupas e calçados da “moda” e as relações sociais e de trabalho.

A modernização da agricultura atingiu o Brasil de maneiras distintas, tendo influxos díspares em determinadas áreas, como Teixeira (2005) explica em seu artigo “Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais”, exprimindo que ela foi a responsável por impulsionar a produção de *commodities*, o que agravou problemas ambientais e ocasionou desemprego no campo, inchaço nas grandes cidades e miséria da população.

Ela traz diversas consequências para os pequenos produtores. Nessa mesma linha, Diniz (2008) resalta que, já na década de 1980, a modernização da agricultura mostra o seu lado perverso, com a expulsão e a exclusão dos camponeses do acesso à terra, e, por causa de seu caráter conservador, aumenta a luta pela terra por parte dos camponeses.

A agricultura camponesa continua lutando para preservar práticas agrícolas que produzam sem causar tantos danos, a título do que cita Vidal (2014, p. 168):

A proposta da agricultura camponesa trabalha a favor da preservação e de outro desenvolvimento ecológico que contraria a política do agronegócio, que tem sido agressiva ao meio ambiente. E a revalorização da agricultura tradicional camponesa objetiva ajudar a inovar e construir a emancipação dos trabalhadores rurais, e de resistência aos grandes projetos do capital, através das mudanças feitas no campo pelos projetos alternativos.

Coutinho, Nascimento e Rodrigues (2014) falam da existência de dois polos na agricultura: o agronegócio, de um lado, com o assalariamento, expulsão dos homens e mulheres do campo, expropriação da força de trabalho e, de outro, a agricultura camponesa lutando para resistir a esse modelo.

A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO PIAUÍ

Nos últimos anos, o estado do Piauí passou por mudanças em seu setor agrícola, aumentando alguns índices, tornando-se uma potência nesse setor, o que se concretiza na fala de Rufo (2013, p. 22), na qual cita que “[...] atualmente o Piauí passa por inúmeras transformações em seu território que faz com que o estado tenha um dos maiores índices de crescimento do Produto Interno Bruto do país e transformações nas suas bases econômicas, sociais e culturais”.

No sudeste do Piauí, encontram-se 33 municípios, entre eles Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena e Bom Jesus, parte do estado inclusa no MATOPIBA³, região explorada para a agropecuária intensiva desde 1980. Nessa região são produzidas frutas, é desenvolvida a agropecuária, mas se destaca pela produção de grãos, principalmente soja, milho e algodão. Criado pelo decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, até hoje o local é o que mais recebe incentivos e mais moderniza sua produção. A exploração dessa área, porém, mostrou as potencialidades do estado, tornando-o atrativo para o desenvolvimento de uma agropecuária moderna.

De acordo com Pereira et al. (2018), a expressão MATOPIBA foi criada a partir das iniciais dos nomes dos estados correspondentes, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Designa a parte desses pertencentes ao cerrado na qual se desenvolve uma agricultura de alta produtividade, com destaque para os grãos, principalmente soja, milho e algodão, realizando uso intensivo de insumos modernos, o que vem causando mudanças econômicas e sociais para a região. Ela é composta por 337 municípios, sendo 135 do Maranhão, 139 do Tocantins, 33 do Piauí e 30 da Bahia.

³ Matopiba é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a agricultura se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980. Produz de tubérculos a frutas, passando pela pecuária, mas se destaca mesmo é no cultivo de grãos e fibras, especialmente soja, milho e algodão.

A modernização do Piauí expressa diferenças encontradas nos demais estados, assim como se observam as peculiaridades dentro de seu próprio território, isso se revela no pensamento de Rufo (2013, p. 68), ao afirmar que “[...] o processo de modernização da agricultura apresenta diferenciações de acordo com os espaços de efetivação, ou seja, as características locais possuem influência sobre o processo modernizador das atividades produtivas”, isto é, o processo de modernização é diferente em determinadas áreas.

De acordo com Monteiro (2002), o Piauí definiu novos objetivos na agropecuária no escopo de modernizar seu território e se inserir no mercado capitalista, ofertando produtos agrícolas e consumindo bens e insumos modernos, introduzindo políticas públicas de estímulo à agropecuária e dinamização referente ao mercado de terras, isso em contrapartida à reforma agrária.

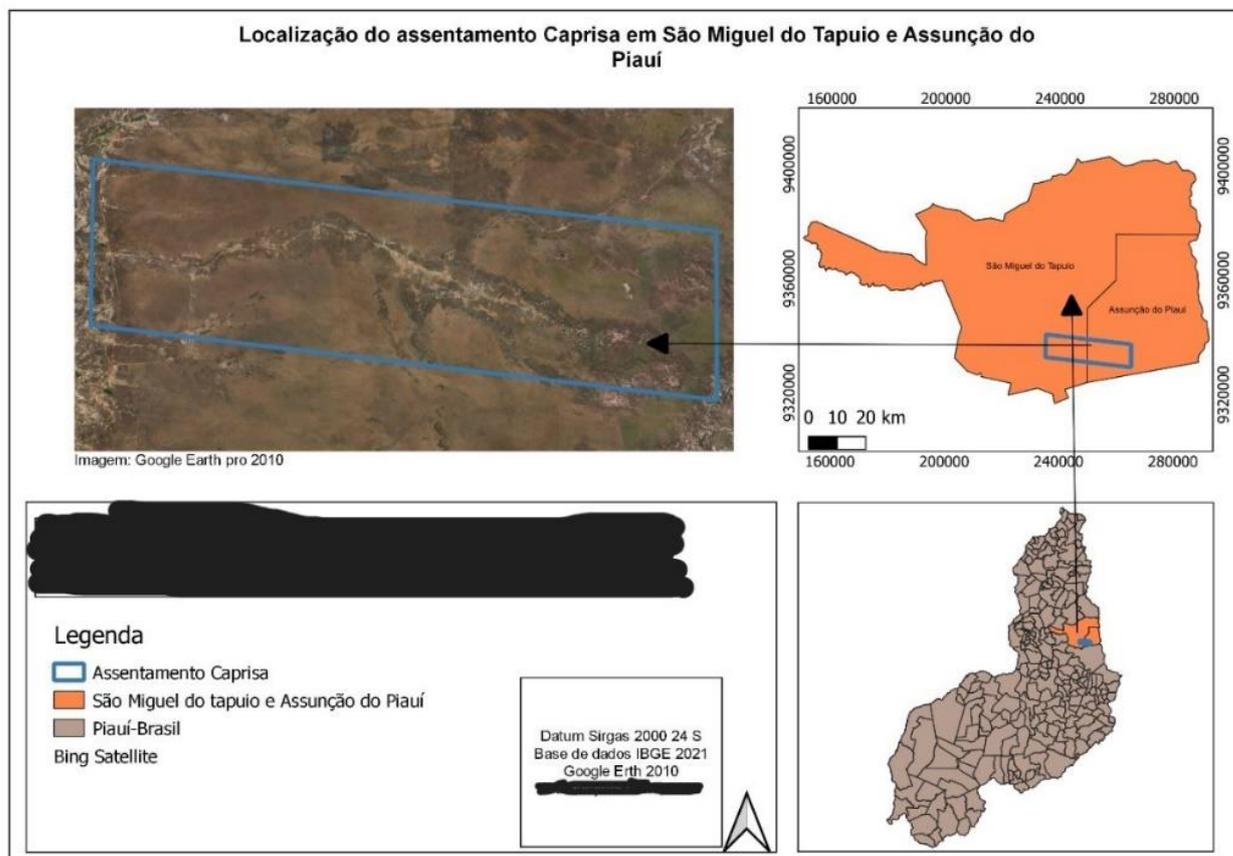
O governo estadual revela, sistematicamente, interesse pelo desenvolvimento do agronegócio, fornecendo meios para facilitar sua inserção no estado, infraestrutura e investimentos financeiros, construção de estradas, inserção em taxas de instalação e manutenção, localização, bem como todas as vantagens econômicas necessárias para despertar o interesse do setor.

Estão ocorrendo mudanças mais significativas no espaço rural da região sudoeste do estado, pela intensiva concentração do agronegócio nessa região, porém isso não significa que as demais estão isentas de sua inserção e das transformações causadas pelas mudanças na agropecuária do Piauí.

O ASSENTAMENTO CAPRISA EM SÃO MIGUEL DO TAPUIO E ASSUNÇÃO DO PIAUÍ

Os assentamentos são exemplos de resistência ao conservador e excludente modelo de modernização do campo que vem avançando sobre o Brasil. É o caso do Assentamento Caprisa, localizado nos municípios de Assunção do Piauí e São Miguel do Tapuio no Piauí, que pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 1: Localização do Assentamento Caprisa nos municípios de São Miguel do Tapuio e Assunção do Piauí.



Fonte: Autor.

A ocupação do Assentamento Caprisa aconteceu no ano de 1996. As terras pertenciam a um rico fazendeiro e não vinham cumprindo sua função social, uma vez que eram diversos hectares improdutivos. Reconhecendo isso e percebendo as dificuldades enfrentadas por agricultores dos municípios de Assunção e São Miguel, que não dispunham de terra para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) incentivaram a ocupação e mediarão a compra das terras pela União.

Antes de acontecer a conquista da terra, pessoas que viviam em outras partes desses municípios e trabalhavam – ou queriam laborar no campo – organizaram-se e realizaram a ocupação, que ocorreu em meados de 1996, de acordo com os primeiros moradores. Todos os entrevistados exprimiram como pretexto para residir no assentamento a necessidade de espaço para operar ali, desenvolvendo a agricultura e a pecuária. Indagados sobre os motivos de terem ido morar no Assentamento, as respostas foram:

[...] morava como morador, queria um lugar próprio (Morador 1).
 [...] melhor para morar e criar uns bichinhos (Morador 2).
 [...] porque eu não tinha terra aí surgiu a oportunidade de morar aqui, aí eu vim. (Morador 4).
 [...] eu morava em propriedades alheia, queria a minha (Morador 5).
 [...] que aqui tem terra pra trabalhar, tem mais facilidade para viver (Morador 8).
 [...] não tinha nada onde eu vivia, precisava de um lugar pra trabalhar (Morador 11).
 [...] aqui é um bom local para trabalhar, produzir, criar (Morador 12).
 [...] minha família é toda assentada, sempre morei aqui, gosto e nem tenho vontade de sair (Morador 13).

A ocupação do Assentamento Caprisa ocorreu no modelo que Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 52) descreve como espaço de resistência:

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E o realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato para sua recriação e criação.

Após a compra das terras e o reconhecimento pelo INCRA como área de assentamento, que ocorreu apenas em 1998, as famílias participaram de reuniões com membros do MST e do INCRA, quando foi afirmado que elas iriam receber diversos incentivos, subsídios para conseguirem sobreviver no assentamento do trabalho no campo, a fim de comprar ferramentas – como enxada, foice, machado – e até transportes para uso coletivo, caminhão, trator e motocicletas, iniciando mudanças no formato de vida dos assentados.

Tal, porém, não há de ser considerado como modernização, uma vez que, conforme pensam Pequeno et al. (2016, p. 267), “[...] modernização da agricultura é compreendida como a inserção de novos sistemas técnicos e novas formas de gestão no setor”, o que não ocorre no Assentamento, pois, apesar da inclusão dessas novas ferramentas que trouxeram melhorias ao trabalho no campo, eles executam uma agricultura tradicional, realizando as atividades passadas de geração em geração e que não prejudicam a terra, como é o caso da modernizada.

As famílias que participaram do processo de ocupação do Assentamento Caprisa procuravam o que muitos brasileiros excluídos pelo sistema vigente necessitam, quer dizer, um local para morar e trabalhar com dignidade. Diniz (2008) comenta que

O contraste das relações capitalistas e tradicionais dos grandes proprietários se defronta com o trabalho cooperado e com as relações de identidade camponesa nos assentamentos rurais. Portanto, os camponeses, ao se apropriarem dessa fração do território, transformam o espaço, antes latifundiário e monocultor, em um território de diversificação produtiva e de atividades familiares.

Para garantir o acesso a benefícios, foi institucionalizada a ACOMPAC (Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Caprisa) com o objetivo de comercializar os

produtos dos associados, criar mecanismos de promoção no campo da produção, comercialização, saúde, educação e melhoria de vida, bem como com vistas a fortalecer a organização econômica, social e popular dos associados, apoiando as lutas dos pequenos produtores e demais trabalhadores para reivindicar conquista de direitos, conforme é citado no seu Estatuto.

De acordo com os moradores, o Assentamento já foi beneficiado pelo PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) com custeio agrícola, estiagem, valores em dinheiro para investimento no campo, financiados pelo Banco do Nordeste, três etapas de habitação, uma sendo agora realizada, iniciada no corrente ano de 2024, reformas de casas, cisternas, energia elétrica, estradas, entre outras ações. Por óbvio, esses benefícios também são percebidos como reflexos da modernização do campo, pois, de acordo com Santos (2008), esse “desenvolvimento” enseja que características antes iminentes do setor urbano se introduzam nas áreas rurais, a exemplo da entrada dos assentados em sistemas bancários e as inovações que estão chegando ao campo.

Houve momentos, no entanto, em que, para serem contemplados com projetos, ajudas e investimentos, os assentados tiveram que se organizar e lutar, realizando caminhadas e ocupações, o que, em determinados momentos, é a única maneira de conseguir acesso e permanência em terras, como frisa Diniz (2008, p. 77):

[...] os camponeses são capazes de realizar ações coletivas, que podem ser verificadas nas lutas para entrar na terra e nela permanecer. Pela luta, os camponeses se constituem como sujeitos políticos e vão garantindo a sua existência no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazê-los desaparecer.

Diniz (2008) expressa a ideia de que o assentamento é considerado uma fração do território, pois o camponês, ao conquistar a terra, inicia outras relações que se mostram diferentes das organizadas pela sociedade capitalista, a qual estabelece uma relação de trabalho baseada na agricultura familiar, um retrato do que acontece no Assentamento Caprisa.

Sobre o trabalho no campo, não houve mudanças significativas relativamente à produção. As respostas dos moradores com relação aos produtos cultivados são basicamente as mesmas, como se observa adiante:

[...] eu só planto aqui milho, feijão e capim (Morador 1).
 [...] a gente planta milho, feijão, mandioca, capim pisoteio (Morador 3).
 [...] essas coisas que dar aqui mesmo, feijão, milho, abobara, jerimum (Morador 7).
 [...] a gente tenta plantar de tudo um pouquinho para ajudar a gente, milho, feijão, mandioca, corante, hortaliças, verduras, frutas (Morador 9).
 [...] ó planto quando tá chovendo mesmo. Aí é só feijão, milho, jerimum (Morador 10).
 Só o milho e feijão mesmo, quando chove e dar alguma coisa (Morador 11).
 [...] canteiro, feijão, milho, fava e mel, faço mais é criar uns bicho (Morador 13).

Os moradores do assentamento não possuem projetos de irrigação e as máquinas a que os moradores têm acesso são os tratores de arado para preparar a terra e debulhar os produtos e a plantadeira manual, conhecida como matraca, que facilita o plantio, como se divisa na figura a seguir.

Figura 2: Arado puxado por trator e plantadeira manual.



Fonte: Autor.

Alguns dos assentados disseram empregar ou conhecer pessoas que usam produtos para eliminar o mato, afirmando facilitar o serviço que antes era feito por meio de trabalhadores com enxadas, o que é realizado apenas por uma pessoa com um pulverizador: “[...] eu mermo não uso, mas tem gente que usa uns veneno no mato, que não quer limpar com a enxada (Informação verbal).

Foi indicada pelos entrevistados como melhoria a maneira de trabalhar, pois agora eles têm acesso a tratores para ajudar na produção, o que aumentou a área e, conseqüentemente, a colheita. Algumas ferramentas que não possuíam ao chegarem ao Assentamento agora são de simples alcance: enxadas, matracas, pulverizadores, forrageiras e produtos para limpar as ervas daninhas etc. Com relação às mudanças na modalidade de produção, houve respostas como:

- [...] está tudo igual, não vi muita mudança não (Morador 1).
- [...] do mesmo jeito, o que mudou é que agora limpo com veneno (Morador 2).
- [...] mudou, tem espaço e cercado para trabalhar, arada a terra, a produção é maior (Morador 4).
- [...] mudou sim, quase tudo, algumas melhoraram (Morador 5).
- [...] mudou muito. Era mais devagar, a produção era pouca agora é mais. (Moradora 6). Sim, melhorou a produção (Morador 7).
- [...] mudou um pouco, acesso a tratores e outras máquinas, melhorou (Morador 12)

A professora Denise Elias (2011, p. 154) exprime que “[...] as transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, exercem profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais”, o que também causa mudanças nos assentamentos.

Sobre as ferramentas utilizadas para trabalhar, foram citadas pelos entrevistados: “[...] enxada, foice, machado, esses normais mesmo” (Morador 1); chibanca, enxada, bomba pulverizadora” (Morador 3); enxada, foice, machado, motor serra, cavadeira” (Morador 4); e “enxada, foice, matraca (Morador 6). Segundo os relatos, então, são esses os instrumentos que os assentados do Assentamento Caprisa utilizam na produção, pois, entre os 19 entrevistados, 4 assumiram utilizar produtos para controle das ervas daninhas ou de pragas, ao passo que os demais relatam efetuar agricultura tradicional, como se observa nas falas: “Uso, mas é pouco em algumas rocinhas para limpar o mato” (Morador 2); “Às vezes uso um veneno para matar os matos, só isso mermo” (Morador 4); “Uso o veneno que mata os bichos, os de formiga” (Morador 8); “Nós usa aqueles negócio que usa para limpar as roças, o mato morre” (Morador 13).

Perante tais descrições, isso assusta alguns dos moradores, pois esses defensivos empregados para controlar as pragas ou doenças que aparecem nas plantações, como é frisado por parte de Roseli dos Santos (2008), são perigosos para a saúde humana e para o meio ambiente, motivo para serem evitados.

Quando questionados sobre a modernização do campo no Assentamento, as respostas foram: “[...] já está sendo usado agrotóxico aqui no Assentamento, tem gente que coloca para matar o mato” (Moradora 3); “Não, só tem trator, pulverizadora e a máquina de bater o milho” (Moradora 4); “Sim, antes não tinha ferramentas, agora tem trator para aradar, antes não tinha nada” (Moradora 8); “Não vejo nada moderno aqui e acho difícil, chegar” (Moradora 10); “Já está acontecendo o uso de produtos para limpar o mato” (Moradora 12).

As mudanças apontadas pelos respondentes, no entanto, não se configuram como agricultura modernizada, pois, segundo Patrícia Santos e Campos Vinha (2018), a modernização da agricultura é o aprofundamento das técnicas, com a crescente inserção de insumos industriais e máquinas, além de uma intensiva integração com a indústria, o que, por sorte, não ocorre de modo tão intenso no Assentamento.

Os assentados da Caprisa realizam a maior parte dos trabalhos agrícolas sob procedimento manual. De acordo com eles, tal sucede por falta de condições. Quando comentado sobre modernizar a agricultura, dizem que seria muito bom, pois deixaria o trabalho mais fácil, no entanto, não possuem

condições para isso, não têm acesso a máquinas modernas e não empregam fertilizantes para acelerar a produção. Apesar das mudanças vivenciadas no Assentamento, os trabalhadores estão resistindo ao avançado processo de modernização que chega ao campo brasileiro, pois ele traz consequências graves, como é ressaltado por parte de Roseli Santos (2008, p. 111):

Os reflexos dessa incoerente situação de crescimento da produção, do aumento da pobreza e dos diferentes ritmos de modernização agrícola se traduzem na permanência de parcela de agricultores familiares e no êxodo rural; no aumento da pobreza urbana e rural; na baixa produtividade de alimentos; na luta pela terra e na violência no campo; na exploração dos agricultores familiares, pelos sistemas de integrações; na tecnificação das unidades produtivas familiares para competição no mercado; na empresarialização rural; na expansão dos complexos agroindustriais e na verticalização de produção.

Os assentados contam unicamente com as precipitações pluviométricas como fonte aquífera para a agricultura. Fazem a planta com matraca ou enxada, o mesmo equipamento empregado para a limpa. A colheita, também, ocorre no formato tradicional, e, na pecuária, criam poucas cabeças, sendo estas alimentadas pela vegetação natural e com milho no período de estio.

Os assentados entrevistados citaram como frutos da produção do Assentamento o milho, feijão, mandioca, capim, fava, mel, batata, jerimum, diversas espécies de hortaliças, corante, arroz, sendo o feijão e o milho os principais produtos encontrados em todas as residências visitadas. Ressaltam, entretanto, que, apesar da diversidade, é uma produção pequena, apenas para o consumo no “verão”.

No intervalo chamado de inverno, de dezembro a maio, os assentados dedicam-se às roças, a brocar, a plantar, limpar e colher. Com o fim do período chuvoso, partem para outras atividades a fim de garantir a sobrevivência da família, como a apicultura, com a produção do mel, entretanto é realizado individualmente todo o processo, e o produto é vendido para atravessadores, que não valorizam a produção.

Outra receita das famílias assentadas é a carnaúba. Não há, porém, matas de *Copernicia prunifera* dentro dos territórios do Assentamento, motivo porque fazem o arrendamento de áreas adjacentes.

Nos últimos anos, a situação do Assentamento referente à produção se agravou com o enfraquecimento da Associação, a falta de organização dos assentados, do apoio das instituições e com as políticas neoliberais que o País vinha enfrentando. Então o Assentamento não recebeu projetos ou investimentos para o desenvolvimento da agropecuária. Estão, por conseguinte, a reboque de ações próprias, tentando se manter com o que têm ou sendo obrigados a sair para trabalhar nos centros urbanos em determinados períodos do ano com o intento de manter suas famílias.

Nessa outra situação em que o camponês libera um ou alguns membros de sua família para o trabalho na cidade, dá-se também uma forma de reprodução camponesa, pois o assalariamento aqui serve para ajudar algumas despesas dentro da unidade familiar (Diniz, 2008, p. 195)

Após conquistarem a terra, os assentados estão habilitados a prosseguir na luta por outras necessidades básicas que hoje já possuem, como educação, estradas de acesso às cidades, compra de automóveis para locomoção e até a condução de animais, antes feita por vaqueiros em cavalos, agora é realizada em transportes, caminhões com carrocerias adaptadas para isso.

No instante que se perpassa, o Assentamento também dispõe de internet. Essa rede de informatização conecta os assentados a informações antes inacessíveis, contribui para a produção, pois torna possível a realização de pesquisas sobre sementes, produtos, cuidado com a terra, entre outras, e até a realização de cursos online. Nessa percepção do emprego mais frequente desses meios, os assentados relatam: “[...] nam, o Zé agora só vai pra roça com o celular, aí fica ouvindo música enquanto limpa. Quando a internet tá melhor, que pega um pouquinho, lá manda mensagem perguntando se o almoço tá pronto. Tá todo chique” (Informação verbal).

A agricultura familiar é realizada com a intenção de auxiliar na alimentação dos assentados, o que acontece ou deveria acontecer em todos os territórios de área rural, porque, como ressalta Diniz (2008), “A cultura camponesa se traduz nas atividades econômicas, na diversificação da produção agrícola e na força de trabalho familiar”. Nessa lógica, as famílias produzem para consumo próprio.

O Assentamento, porém, não produz o suficiente para manter a alimentação das famílias assentadas. Imagine-se, para a comercialização, sendo necessária a compra de produtos nas cidades vizinhas, pois a produção é pequena e ativa apenas no período chuvoso da região, ao passo que, nos demais meses do ano, cada um procura modalidades distintas de sobrevivência; contam principalmente com a ajuda do Bolsa Família, único programa social que ainda recebem.

Os assentados estão agindo de modo individualizado e, praticamente, abandonaram seu princípio de coletividade. Desse modo, diminuem sua força na luta por direitos e dificultam o acesso dos assentados a benefícios. Significa dizer que ficam dependentes do Poder Público. Esses são efeitos colaterais do processo de modernização que se instala no Piauí. Santos e Vinha (2018) entendem que essa agricultura modernizada é realizada para benefícios de uma pequena parcela da população, uma elite agrária, e os camponeses ficam à margem nesse processo, dificultando sua permanência e reprodução no campo.

Outro problema apontado pelos moradores é a ocupação de terras ao redor do Assentamento por empresas ou grandes fazendeiros. Nas terras próximas à Caprisa I, que pertencem

ao território do município de Assunção, estão sendo cavados poços tubulares em toda a sua extensão para a criação de gado, o que irá prejudicar o lençol freático e ter consequências dentro do Assentamento futuramente, além da possibilidade de invasão, do uso de terras que pertencem ao Assentamento. Veja-se nas falas coletadas: “[...] eles tão cada vez mais perto daqui fastando os cercados, deixando os bichos entrarem aqui no assentamento. Daqui uns dias nossos bichos não têm nada pra comer” (Informação verbal).

Já as terras que ficam no limite com a Caprisa II, que está localizada no território do município de São Miguel, estão sendo preparadas para a inserção do agronegócio. De acordo com moradores do Assentamento, serão usadas para a plantação de soja, o que – dizem eles – vai poluir o solo e o ar do Assentamento em consequência dos produtos utilizados: “[...] eu sei que, quando começarem a jogar veneno nessas sojas dele, vai vim parar aqui em nós, matar bicho, deixar as terras ruim e até doença pra nós” (Informação verbal).

No Assentamento, o formato de trabalho é familiar e, quando precisam de ajuda em atividades agrícolas, chamam alguém. O pagamento é feito por diária ou troca de serviço. De acordo com os próprios assentados: “[...] apenas a família mesmo” (Morador 2); “[...] paga uma diária quando precisa, mas é muito difícil” (Morador 4); “[...] paga diárias” (Morador 5); “[...] familiar, ou pagando a diária”. (Morador 10). Perguntados sobre qual agricultura desenvolvem, se moderna ou tradicional, apenas dois disseram “um pouco dos dois” (Moradores 8 e 11); os demais afirmaram que é tradicional.

São notórios os avanços no Assentamento em diversos aspectos: a acessibilidade dos assentados às cidades vizinhas, educação, internet, novas ferramentas de trabalho e produtos, mas, como é citado pelos próprios entrevistados, “[...] poderia já ser melhor, se a gente tivesse ajuda, algum investimento” (Morador 10), pois, se houvesse mais contribuição do Poder Público e se organizassem e lutassem juntos como assentados, já teriam acesso a muitas outras conquistas.

Como é ressaltado pelos moradores, o Assentamento Caprisa ainda não é considerado um lugar com uma agricultura modernizada, pois não possui máquinas que desenvolvam todo o trabalho agrícola. A maioria dos entrevistados afirmou não utilizar nenhum insumo na lavoura; apenas o trabalho manual, mas são perceptíveis vestígios de modernização adentrando o Assentamento – caso do uso da internet e outras mídias. Exemplo foi um relato feito por um dos assentados, contando que assistiu a uma reportagem acerca de como fazer o controle da lagarta, que ataca os cajueiros, sem apelar para o veneno. Ele fez a experiência, mesmo sem acreditar que funcionaria, e disse que não acabou, mas diminuiu significativamente. Os moradores também já fazem pesquisas sobre adubos orgânicos e técnicas de trabalho.

Alguns agricultores do Assentamento aplicam agrotóxicos no mato para não realizarem a limpa de maneira tradicional. Os vaqueiros, então, agora conduzem os animais com motocicletas ou os carregam em carros próprios para isso. Aliás, isso demonstra mudanças no modo de vida e de trabalho das pessoas da Caprisa.

Ou seja, de modo quase imperceptível para os assentados, a modernização do campo está se inserindo no Assentamento e realizando mudanças de cunho social, econômico e cultural, no entanto os assentados tentam manter seus valores no trabalho, modalidade de vida e criação de suas famílias, manter a cultura camponesa viva, desenvolvendo a agricultura do mesmo jeito como faziam seus pais, mas agora com o orgulho de estarem em terras próprias e com o espaço suficiente para atividades agrícolas e criação dos seus animais.

CONCLUSÃO

A modernização do campo no Brasil está causando mudanças em diversos setores e em aspectos diferentes. Aproximou as zonas rurais e urbanas, viabilizou o acesso dos agricultores a novas técnicas e ferramentas para facilitar o trabalho, contribuiu na inserção de tecnologias, informações e comunicação, contudo favoreceu os grandes e médios produtores.

A implantação de novas tecnologias e maquinários no campo chegou acompanhada de muitos problemas. São exemplos a substituição do homem pela máquina, desemprego, expropriação dos pequenos produtores, transformações do espaço geográfico, as mudanças na agricultura e pecuária, o aumento das áreas de cultivo dos que possuem condições financeiras e concentração de terras. Tudo isso prejudica os médios e pequenos produtores, em especial os assentados.

O que mais foi agravado pela modernização do campo, com a produção em larga escala e o sistema de monocultura, foi a já intensa concentração de terras, que passou a possuir maior valor com o uso de máquinas e insumos na agricultura, tornando ainda mais distante a ocorrência de uma justa divisão de terras no Brasil. Diniz (2008, p. 184) ressalta que, “embora a criação dos assentamentos tenha implicado alguma redistribuição fundiária, não chegou a alterar o quadro de concentração da terra”.

Para melhorar a vida dos agricultores e mudar essa realidade, é necessário que o País implante a Reforma Agrária. Porém não se vê sua efetivação e ainda se encontra distante de ocorrer nos moldes necessários para o atendimento à população que dela precisa.

Com as leituras e pesquisas de campo, logrou-se constatar que os reflexos da modernização que se fizeram chegar aos assentamentos sem a necessária percepção, mudando a vida,

a produção, a cultura e o lazer, aos poucos estão impactando os assentados, mesmo sem terem a possibilidade de notar.

O Assentamento Caprisa, o que não é diferente em outros assentamentos espalhados pelo estado e até pelo País, tem entre os reflexos da modernização estar desassistido do Poder público, que concede prioridade a outros setores, os que deem lucros elevados e rápidos, deixando os pequenos produtores dependendo apenas de sua força de trabalho para produzir e sobreviver na contextura do seu *locus* de vida e labor.

Percebe-se muitas transformações na produção e na vida dos assentados, tal é o caso das novas ferramentas de trabalho, acesso a algumas máquinas, modificações na cultura dos mesmos, mas os assentados continuam resistindo e preservando suas raízes no modo de vida e de produção.

Os assentados estão sentindo as mudanças pelas quais o setor agrícola está passando, mas estão conseguindo manter o assentamento distante dessas através da utilização das mesmas ferramentas de trabalho, da recusa de agrotóxicos em qualquer momento da produção, da realização das atividades agrícolas tradicionais.

Percebe-se que a modernização do campo atinge os assentados, principalmente pela negligência quanto às políticas públicas não disponibilizadas para que essa população produza, quando, por outro, estão sendo assegurados investimentos e possibilitado o acesso a subsídios a empresas do agronegócio e fazendeiros, proprietários de extensas áreas de terras que produzem em larga escala.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para a construção do presente trabalho, aos moradores do assentamento Caprisa que estão sempre a postos para o fornecimento de informações, a minha orientadora, que realiza orientações e correções com zelo e cuidado, aos amigos que contribuíram para a escrita e traduções, e à CAPES, que, com auxílio financeiro, possibilita exclusividade e dedicação nas pesquisas. A todos meu muito obrigada.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. R. de A. Segundo prefácio. In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert. (Org.). **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Brasília: Ipea, 2017. p. 15-24.

COUTINHO, A. F.; NASCIMENTO, R. de C. G.; RODRIGUES, S. J. D. Os movimentos sociais e a educação do campo: as conquistas da luta ante a ofensiva do agronegócio. In: SAMPAIO, J. L. F. et al. (Org.). **Espaços, natureza e resistências camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 201-221.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 2008. 228 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido cearense. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. R. B. **Estudos urbanos e regionais**, Fortaleza, v. 13, n. 2/novembro 2011, p. 153-167

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. São Paulo: UNESP, 2004.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: pesquisa e MST. v. 92. São Paulo: Cortez editora, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Na luta pela reforma agrária**. 1. ed. Brasília: MDA/INCRA, 2015.

LEAL, M. N.; FRANÇA, V. L. A. Modernização e reestruturação da produção agrícola e a organização do espaço agrário brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, p. 1-15, jul. 2011. Número especial.

MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. 241 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PEQUENO, L. R. B. et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

PEREIRA, C. N. PORCIONATO, G. L. CASTRO, C. N. Aspectos socioeconômicos da região do MATOPIBA. **Boletim regional, urbano e ambiental**. N. 18 | jan.-jun. 2018.

RUFO, T. F. **Modernização agrícola no Sudoeste piauiense**: impactos na rede urbana regional, no meio ambiente e nas comunidades. 2013, 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS, P.; VINHA, J. F. de S. C. Educação do/no campo: uma reflexão da trajetória da educação brasileira. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS TERRA, TRABALHO E LUTAS NO SÉCULO XXI: PROJETOS EM DISPUTA, 8., 2018, Araraquara. **Anais [...]**. Araraquara: Uniara-Universidade de Araraquara, 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/10/12_Patricia_Santos.pdf. Acesso em: 08 fev. 2024.

SANTOS, R. A. dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. 2008. 246 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

VIDAL, V. B. Celebração da colheita: festa camponesa de comunhão e cumplicidade. In: SAMPAIO, J. L. F. et al. (Org.). **Espaços, natureza e resistências camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 159-170.